



O jornal diário dos ancepianos.
2 de maio - 8h30

RECEITA DEVE DIVULGAR NOS PRÓXIMOS DIAS MANUAL PARA PREENCHIMENTO DA e-FINANCEIRA



A Receita federal vai estar divulgando nos primeiros dias de maio o "Manual para Preenchimento do e-Financeira - Módulo de Previdência Privada", agora com orientações mais específicas para as entidades fechadas, uma vez que antes estava voltado mais para as abertas, explica Edgar Grassi (foto), coselheiro da ANCEP e expositor em eventos que a Associação promove sobre esse e outros temas técnicos.

Edgar e Leo Wagner Rodrigues, contador da Funcef, foram os dois a quem a ANCEP confiou a tarefa de negociar com a Receita a elaboração do Manual.

A tarefa foi cumprida ao longo do último mês, ainda a tempo, portanto, de ajudar os profissionais de nossas entidades fechadas no preenchimento e entrega, no último dia útil de agosto, do e-Financeira, relativo ao primeiro semestre de 2019.

Seminário sobre os desafios de 2019 será apresentado em BH

A Mercer e a Ancep vão levar a Belo Horizonte uma apresentação do seminários "DESAFIOS EFPCs 2019: Investimentos e Solvência", que acontecerá no dia 21 de maio, no auditório da Fundação Libertas.

O evento, que apresenta o "estado da arte" de cinco temas oportunos para o segmento de previdência complementar – desde as diretrizes de investimentos à sustentabilidade dos planos – teve grande sucesso em fevereiro e março, em cinco capitais: Porto Alegre, Recife, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Antônio Fernando Gazzoni, diretor da Mercer, chama a atenção para o foco do evento na sustentabilidade do sistema, algo que no fundo é o que mais interessa saber nesse momento.

Audidores da Receita pedem que Previc seja fortalecida ao invés de incorporada à Susep

A nota do SINDIFISCO - Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal, divulgada no final da tarde de terça-feira (30), cujo título é Previc precisa ser fortalecida, não incorporada", começa dizendo que "a possível fusão entre a PREVIC e a SUSEP possui contornos sombrios e que frequentemente passam despercebidos por aqueles potencialmente mais afetados: os cidadãos que dependerão no futuro da boa administração de fundos de pensão". E alerta em seguida que com isso "o governo dá um passo perigoso para a governança e a sustentabilidade dos fundos de pensão no Brasil". A nota está no [SITE DO SINDIFISCO](#).

Após informar que atualmente 105 auditores fiscais estão cedidos à Previc, observa a nota que "desde a operação Greenfield eles têm participado ativamente de forças-tarefa junto à Polícia Federal e ao Ministério Público. Se mais não foi feito, isto se deve a uma legislação leniente, que prevê apenas penalidades administrativas de advertência, inabilitação, suspensão e multa às pessoas físicas e jurídicas responsáveis".

Alerta o SINDIFISCO em seguida que "os fundos de previdência fiscalizados pela Previc possuem um perfil diferenciado em termos de risco para a gestão, sobretudo em razão de terem como patrocinadores entes ou empresas públicas, o que os torna especialmente suscetíveis a interferências políticas e econômicas contrárias aos interesses dos que lá depositam seus recursos ao longo da vida. A atual conjuntura política e econômica torna essa questão ainda mais sensível, dada a notória e propalada intenção do governo no crescimento dos regimes de previdência complementar, o que exigirá do poder público vigilância redobrada". E acrescenta: "Nesse cenário, pode-se vislumbrar por que a incorporação da Previc pela Susep ameaça o equilíbrio do sistema: a transferência para outros cargos das atribuições conferidas aos Auditores pela Lei 12.154/09, fundamentais para a atividade regulatória e fiscalizatória dos fundos de pensão, não se dará sem evidente comprometimento da qualidade técnica e operacional do trabalho realizado".

O sindicato dos auditores da Receita diz também suspeitar que a ideia da fusão pode decorrer de "pressões corporativas de servidores da Susep, que há muito tempo tentam encampar a fiscalização da Previc e do Banco Central, apesar das evidentes especificidades de cada área do mercado financeiro".

Em seus trechos finais a nota afirma que "o Sindifisco Nacional defende não apenas a manutenção das atribuições legais dos Auditores-Fiscais no âmbito da Previc, mas também o seu fortalecimento. É preciso blindar o órgão de ingerências políticas e reforçar seu aparato técnico, estrutural e legal, incluindo a previsão de punições mais severas contra as ilegalidades cometidas pelas entidades fechadas. Os milhões de cidadãos dependentes dos fundos de pensão, país afora, não podem ficar à mercê de arranjos promovidos de improviso, sem o necessário cuidado técnico, nem se submeter a interesses incompatíveis com a busca pelo melhor resultado de suas aplicações, sob o risco de, no tempo apropriado, não poderem usufruir dos benefícios previdenciários a que têm direito.

Petros: liminares já comprometem dois terços do dinheiro destinado a equacionar os déficits

O número de liminares na Justiça que suspendem a cobrança de contribuição extra pela Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, subiu para 259 e já impede o recebimento de 74% dos recursos para cobrir seu déficit. Se o bloqueio for mantido, a Petros só terá recursos para pagar aposentados e pensionistas dos dois planos deficitários por, no máximo, 14 anos, alertou nesta terça-feira (30) a fundação, registram o jornal **O GLOBO** (em sua edição impressa) e o **SITE SOS PETROS**. Dois planos tiveram déficit acumulado de R\$ 27,7 bilhões entre 2013 e 2015 e, por isso, seguindo as normas do setor, tiveram que iniciar o "equacionamento" desses déficits, em março do ano passado.

De acordo com a Petros, as 259 liminares concedidas pela Justiça geraram até agora uma frustração de receitas de R\$ 1,5 bilhão nos últimos 12 meses para o plano de equacionamento. Dos cerca de R\$ 197,5 milhões previstos para entrar mensalmente no caixa dos planos, estão sendo recebidos apenas R\$ 51,6 milhões, precisou a fundação.

"Estudo elaborado pela Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade da fundação adverte que, se mantidas as restrições atuais, o PPSP-NR só terá recursos para pagar seus aposentados e pensionistas por cerca de 11 anos, ou seja, até 2030. No mesmo cenário, os recursos do PPSP-R se esgotariam até 2033", disse a Petros, em nota.

No texto, a Petros lembrou que vem recorrendo das ações judiciais contra o equacionamento. Segundo ela, dos 506 processos em andamento – sendo 58 ações coletivas –, 247 pedidos não foram atendidos ou tiveram as liminares suspensas pela Justiça. No caso das 24 ações que chegaram a julgamentos de mérito, quase todas (23) foram julgados improcedentes pelos juizes. A Petros acrescentou que ainda houve 14 ações extintas pela Justiça.

"Esses números indicam que o julgamento de mérito da ação tende a restabelecer a cobrança das contribuições previstas no equacionamento. E, sempre que isso acontecer, os participantes terão que pagar tudo que deixaram de recolher enquanto a liminar esteve em vigor, corrigido pela meta atuarial do período", advertiu a Petros.

Diante disso, a fundação está estudando alternativas, acrescentou a nota. Afirmou que um grupo de trabalho com representantes dos empregados e da Petrobras estuda a possibilidade de ajustar o valor do benefício de acordo com seu patrimônio.

A Petros também disse estar estudando a criação de um fundo específico para os aposentados mais antigos, o chamado grupo Pré-70. O grupo é formado por aposentados e pensionistas que ingressaram na estatal antes de 1º de julho de 1970 e se inscreveram no plano da Petros antes de 1996. São cerca de 18 mil participantes nessa situação e eles são regidos por regras diferentes dos demais e não contribuem para o equacionamento dos planos. A Petros também [vai passar a oferecer aos participantes dos fundos antigos a migração voluntária para um novo fundo, o Plano Petros-3 \(PP-3\)](#), que funciona como uma espécie de capitalização e não gera déficits.

PEC da reforma da Previdência só deverá ser votada na Comissão Especial da Câmara em junho

A discussão da reforma da Previdência na Comissão Especial deve se estender pelos meses de maio e junho, previu o seu presidente, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), informa todo tipo de mídia desde o final do dia de terça-feira (30). É nessa fase que os deputados podem modificar – e desidratar – a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional. Um cronograma foi elaborado nesta terça-feira, 30, e prevê a realização de 11 audiências públicas, seguidas pela apresentação do parecer pelo relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), no começo de junho. Parlamentares já apresentaram nesta terça duas emendas, antecipando pontos que devem se tornar alvo das tentativas de modificação. Uma delas pretende deixar as regras de aposentadoria rural inalteradas – reivindicação que tem apoio dos partidos que compõem o Centrão – hoje uma das principais forças políticas dentro do Congresso – e sem o qual o governo não conseguiu vencer a votação da admissibilidade da reforma na Comissão de Constituição e Justiça.

Os parlamentares terão 13 sessões para apresentar as sugestões de alteração na reforma. Pensando estrategicamente, fazemos ver aos nossos leitores que esse é mais ou menos o tempo que a sociedade civil tem para levar as suas propostas aos deputados e por meio deles tentar alterar qualquer coisa via apresentação de emendas.